

1.ª Revisão	
Data 20/10/2015	Alteração no ponto 2
2.ª Revisão	
Data 04/01/2016	Alteração nos pontos: 1, 2 e 4
3.ª Revisão	
Data 05/08/2016	Alteração: Retirar o MIIAPF; Na 2.ª linha da página 2 retirar (MIIAPF); Ponto 2.4.
4.ª Revisão	
Data 17/10/2016	Alteração: pontos 1.2., 2.1.1, 2.1.1.1 e 2.4

REGULAMENTO ESPECÍFICO N.º 4

Área temática: Distribuição, Venda e Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos

Destinatários: **Operadores de distribuição e venda e aplicadores, incluindo agricultores** (alíneas c) e d) do artigo 3.º do Despacho n.º 666/2015, de 16 de janeiro).

Cursos de formação criados (artigo 2.º do despacho n.º 666/2015, de 16 de Janeiro, Decreto-Lei n.º 254/2015, de 30 de Dezembro e Despacho Conjunto n.º1/2016 de 4 de janeiro):

h) Distribuição e comercialização de produtos fitofarmacêuticos (**DCPF**);

i) Atualização em distribuição e comercialização de produtos fitofarmacêuticos (**ADCPF**);

j) Aplicação de produtos fitofarmacêuticos (**APF; MIIAPF***);

k) Aplicação de produtos fitofarmacêuticos com equipamentos de pulverização manual (**APFEPM**).

l) Atualização em aplicação de produtos fitofarmacêuticos (**AAPF**).

*** Regime especial Transitório – DL n.º 254/2015, de 30 de Dezembro:**

O “Módulo II Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos (**MIIAPF**) – **25 horas** é um dos módulos do **curso APF_2**. O outro, “Módulo I Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos (**MIAPF**) – **4 horas**, foi ministrado até de 31 de maio de 2016, e apenas é citado como precedência ao **MIIAPF**. Este deverá ser realizado no período de 2 anos contados a partir da data de emissão do certificado de aproveitamento obtido após frequência com aproveitamento do **MIAPF**.

Enquadramento: Nos termos dos artigos 6.º e 7.º da Portaria n.º 354/2013, de 9 de dezembro, o presente regulamento estabelece os critérios específicos de ingresso dos

formandos e de seleção dos formadores, as condições específicas de organização e particulares para a realização das ações de formação, bem como as condições específicas para a realização da avaliação de aprendizagem dos referidos cursos, cujos programas e tabela de formação em b-learning (esta do curso da alínea j) estão disponíveis no sítio da DGADR, em “formação profissional» Formação Específica setorial para agricultores e operadores”, no quadro da área temática “Distribuição, Venda e Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos”.

Quando as entidades formadoras não recorram a programas equivalentes às unidades de formação de curta duração (UFCD) do Catálogo Nacional de Qualificações, podem ser aplicados os programas dos cursos de menor duração, designadamente os cursos de MIIAPF 25H, APF 35H, de AAPF 14H e de ADCPF 14H, independentemente de se tratar ou não de formação financiada.

Através de “Norma Orientadora” efetua-se o paralelismo entre os cursos criados e acima identificados (APF 50H; AAPF 25H; APFEPF 25H; DCPF 25H; ADCPF 25H.) e as UFCD a considerar como equivalentes àqueles cursos.

Normas gerais aplicáveis aos cursos:

As ações de formação dos cursos acima identificados devem ser realizadas de acordo com o respetivo programa.

Com exceção das disposições, critérios e condições definidas no presente regulamento específico, às ações de formação realizadas na área da “Distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos” aplica-se o “Regulamento de certificação de entidades formadoras, de homologação de ações de formação, de acompanhamento e de avaliação da aprendizagem”, aprovado pelo Despacho nº 8857/2014, de 2 de julho.

Condições e critérios do regulamento
1. Formandos
1.1 Idade: ≥ 16 anos
1.2 Habilitações literárias: Escolaridade mínima obrigatória, em função do ano do nascimento: <ul style="list-style-type: none">▪Quatro anos de escolaridade – nascimento até 31 de dezembro de 1966;▪Seis anos de escolaridade – nascimento entre 1 de janeiro de 1967 e 31 de dezembro de 1980;

- Nove anos de escolaridade – nascimento a partir de 1 de janeiro de 1981.

Para frequência dos cursos APF, DCPF e APFEPM podem também ser aceites formandos que não cumpram a escolaridade mínima obrigatória, desde que se enquadrem nos regimes definidos no ponto 3.2 do art.º 7º do Despacho nº 8857/2014 de 2 de julho. Assim, caso se justifique, pode ser efetuada “prova de verificação” sobre leitura, interpretação e escrita, como se segue:

- Leitura – O formando deverá ser submetido a um ato de leitura de um pequeno texto;
- Interpretação e escrita – O formando, após a leitura do texto deverá, por escrito, responder a pequenas questões sobre o mesmo;
- Terminada a “prova de verificação” e verificadas as competências de leitura, escrita e interpretação, deverá ser remetido à entidade homologadora um simples relatório de competências de leitura, escrita e interpretação, elaborado e autenticado por um técnico da entidade formadora e acompanhado pelos seguintes documentos:

1. Texto de leitura utilizado;
2. Enunciado das questões de interpretação;
3. Respostas escritas formuladas pelo formando.

Os candidatos para frequência dos cursos MIIAPF devem comprovar ser detentores do curso MIIAPF, através da apresentação do certificado de aproveitamento emitido por entidade Formadora certificada setorialmente pelo MAFDR. Para frequência dos cursos ADCPF e AAPF os candidatos têm que ser detentores, respetivamente, de certificado homologado pelo MAFDR de curso DCPF e de curso APF.

O curso APFEPM destina-se a agricultores que apenas utilizem equipamentos de pulverização manual.

Nota 1: Os candidatos, detentores de certificado de formação do curso de “Jovens Agricultores” homologado pelo Ministério da Agricultura, podem obter a habilitação para o acesso ao Cartão de Aplicador através de frequência com aproveitamento de ação de Atualização em Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos (AAPF – de 14h ou 25h).

2. Formadores

2.1 Habilitações literárias:

2.1.1 Cursos DCPF, ADCPF, MIIAPF, APF, APFEPM e AAPF

Formação superior da área agrícola ou florestal com unidades curriculares na área da proteção das culturas, qualificação de nível 4 ou 5, ou equivalente, das áreas e unidades curriculares referidas.

Técnicos com formação superior específica na área de máquinas agrícolas – formadores no Bloco III.

2.1.1.1 Análise casuística das habilitações literárias

Permite-se a análise casuística relativa às habilitações literárias, no caso de técnicos que demonstrem experiência formativa nas áreas em que pretendem ser formadores **em data anterior a 25 de maio de 2015**, data de início da certificação de entidades formadoras ao abrigo do Despacho n.º 8857/2014 de 9 de julho, nos casos e condições a seguir referidas:

- a) Caso sejam detentores de unidades curriculares na área da proteção das culturas, poderão ser formadores para as áreas em que detêm experiência formativa;
- b) Nos casos em que não detenham as unidades curriculares referidas, desde que os *curricula* permitam verificar que detêm conhecimentos na área da produção agrícola e que demonstrem a frequência com aproveitamento do curso “Complemento em Proteção das Culturas” (CPC) - 50 horas, destinado a técnicos (RE1), ou formação que cumpra estes critérios.

2.2 Habilitações profissionais:

2.2.1 – Cursos DCPF e ADCPF

Possuir a seguinte formação profissional específica para monitorar:

- “Curso de distribuição, comercialização e aplicação de produtos fitofarmacêuticos” (FDCAPF) de 91H, homologado no âmbito do MAFDR ou,
- “Curso de distribuição, comercialização e aplicação de produtos fitofarmacêuticos, homologado no âmbito do MAFDR, de 70H ou de 77H”. Neste último, deverá demonstrar atualização em ADCAPF, também homologado no âmbito do MAFDR.

2.2.2 Cursos MIIAPF, APF, APFEPM e AAPF

Possuir a seguinte formação profissional específica, para monitorar:

Todos os blocos e módulos do curso

- “Curso de distribuição, comercialização e aplicação de produtos fitofarmacêuticos – Formadores ” de 91H (FDCAPF) homologado no âmbito do MAFDR, ou

- “Curso de distribuição, comercialização e aplicação de produtos fitofarmacêuticos de 70H ou 77H (com atualização de ADCAPF) ” e, “Aperfeiçoamento em máquinas e equipamentos de tratamento e proteção das plantas – 35H”, e/ou “Curso Base de Mecanização Agrícola”, todos homologados no âmbito do MAFDR.

Blocos I, II e IV

- “Curso de distribuição, comercialização e aplicação de produtos fitofarmacêuticos, homologado pelo MAFDR – 70H ou 77H” (com atualização em ADCAPF).

Nota 2: Os formadores do Bloco III, para os cursos constantes no ponto 2.2.2, deverão ter formação profissional específica na área de “mecanização agrícola” e de “distribuição, comercialização e aplicação de produtos fitofarmacêuticos”, conferida pela frequência do “Curso de formadores em distribuição, comercialização e aplicação de produtos fitofarmacêuticos ” (FDCAPF), ou pela frequência do “Curso de distribuição, comercialização e aplicação de produtos fitofarmacêuticos” (DCAPF), com a duração de 70H (Curso atual) ou de 77H (cursos de 2005 a 2010) ”, conjugada com a frequência da ação de “Aperfeiçoamento em máquinas e equipamentos de tratamento e proteção das plantas (AMETPP) – 35H” e/ou do “Curso Base de Mecanização Agrícola” (BMA) e nos de 77H ser acrescido de atualização em ADCAPF. Ainda pode ser equivalente ao curso de AMETPP de 35H, o curso de Operadores de Máquinas Agrícolas (OMA) ou o curso de Mecanização Básica e Condução de Veículos Agrícolas (MBCVA) ou o curso de Inspeção de Equipamentos de Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos (IEAPF), homologados no âmbito do MAFDR ou no caso do curso **IEAPF** realizado por organismos por este tutelados.

Nota 3: Para monitorar o Bloco I, dos cursos constantes no ponto 2.1.1, podem ser aceites os formadores que sejam detentores de formação homologada pelo MAFDR, em proteção integrada e produção integrada.

Nota 4: Ficam excecionados de apresentação de comprovativos de habilitação profissional os docentes do ensino superior da área da proteção das culturas, para a realização das ações de formação nos termos dos programas aprovados para os cursos previstos no ponto 2.1.1 do presente regulamento.

2.3 Habilitações pedagógicas: Certificado de competências pedagógicas.

2.4 Formadores em simultâneo:

Com exceção de cursos em que o número de formandos seja reduzido (inferior ou igual a oito) em que se admite apenas um formador, no sentido de permitir uma melhor orientação e

facilitar a aprendizagem dos formandos, a **sessão de prática simulada nos seguintes cursos/módulos deve ser assegurada por dois formadores em simultâneo:**

▪ **Curso MIIAPF – 25 horas:** “VI – Segurança na utilização de produtos fitofarmacêuticos (Prática Simulada: 2 horas em sala - cálculos de doses e concentrações) ” e “VII – Redução do risco na aplicação de produtos fitofarmacêuticos (Prática Simulada: 5 horas em campo)”, sendo a **Prática Simulada Total: 7 horas;**

▪ **Curso de APF – 50 horas:** “III.2 – Preparação da calda e técnicas de aplicação” – **Prática Simulada Total: 10 horas em campo**

▪ **Curso de APF – 35 horas:** “III.1 – Material e técnicas de aplicação” – **Prática Simulada: 10 horas em campo;**

▪ **Curso de APFEPF – 25 horas:** “VI – Segurança na utilização de produtos fitofarmacêuticos (Prática Simulada: 2 horas em sala -cálculos de doses e concentrações) ” e “VII – Redução do risco na aplicação de produtos fitofarmacêuticos - Equipamentos de aplicação de PF de pulverização manual e técnicas de aplicação (Prática Simulada: 5 horas em campo) ”, sendo a **Prática Simulada Total: 7 horas.**

Os formadores devem dispor da formação profissional específica que assegure as competências necessárias nas áreas da “mecanização agrícola” e da “distribuição, comercialização e aplicação de produtos fitofarmacêuticos”.

A intervenção destes formadores deve ser previamente articulada e concertada, de modo a que possam ambos orientar, em simultâneo, as atividades dos subgrupos de formandos, nas práticas simuladas.

Nos Cursos de **DCPF, ADCPF e AAPF** não é exigida a intervenção de dois formadores em simultâneo nas práticas simuladas.

3. Coordenadores

As ações de formação devem ser coordenadas e orientadas por um coordenador pedagógico que assegure o cumprimento do programa, dos objetivos, e da programação efetuada, e a disponibilização atempada dos recursos necessários, a manutenção da dinâmica de grupo nas sessões formativas e nos tempos livres, a articulação entre formadores e a continuidade dos seus trabalhos, as atividades de avaliação, as visitas de estudos e a organização do dossiê técnico e pedagógico do curso.

4. Organização da ação de formação

As ações de formação devem ser realizadas e organizadas segundo os respetivos programas de formação, respeitando a carga horária total e de cada módulo, bem como a relação entre formação teórica e prática simulada.

No caso específico do curso MIIAPF, deverá ser considerado o disposto no Despacho Conjunto n.º1/2016 de 4 de janeiro.

Sempre que o programa do curso inclua a realização de uma sessão prática de campo e/ou de uma visita de estudo, a sua organização deve considerar todos os itens contidos nos formulários nº 3.3 - "Plano de Sessões Práticas de Campo" e nº 3.4 - "Guião das Visitas de Estudo".

Na visita de estudo deve-se atender ainda ao seguinte:

- Ser previamente organizada e preparada com os formandos de acordo com o guião e os objetivos identificados.
- Ser enquadrada e acompanhada pelo formador ou formadores e pelo coordenador.
- Os formandos, em grupo ou individualmente, devem elaborar relatórios sobre a visita de estudo, nos quais evidenciem os aspetos mais relevantes da experiência que tiveram e as principais conclusões retiradas.
- O formador ou formadores e o coordenador devem elaborar relatório sobre a realização e o resultado da visita de estudo realizada.

5. Avaliação da ação de formação

5.1 Avaliação de Reação

A avaliação de reação deve ser efetuada no final da ação de formação, podendo nos cursos de maior duração ser modular/formador, envolvendo os seguintes aspetos: organização, metodologia, conteúdos, participação pessoal, desempenho dos formadores, desempenho do coordenador, meios disponibilizados e infraestruturas.

5.2 Avaliação Formativa

A avaliação formativa é efetuada no decurso da ação de formação, através de testes, trabalhos individuais ou em grupo.

5.3 Avaliação de Conhecimentos Sumativa

A avaliação de conhecimentos, de um modo geral, é composta por duas provas de natureza

sumativa, uma teórica e outra prática.

A prova teórica consiste num teste escrito, incidindo sobre todas as temáticas do curso, devendo ter no mínimo dez perguntas.

A prova prática, quando exista, é efetuada em grupo e realizada de acordo com as exigências expressas no respetivo programa.

Para esta prova os formadores devem conceber a sua formulação e respetivos guiões de prova, as grelhas de avaliação e de pontuação do grupo e de cada formando.

Ambas as provas são concebidas, realizadas e classificadas pelos formadores.

Serão considerados com aproveitamento, os formandos que tenham tido assiduidade e que obtenham uma pontuação final igual ou superior a 10 valores. Caso a avaliação se efetue através de duas provas sumativas (teórica e prática) a pontuação final resulta da média das pontuações obtidas nas mesmas. As provas são todas pontuadas de 0 a 20 valores. Aos formandos com uma pontuação final igual ou superior a 10 valores, será atribuída a classificação final "Com aproveitamento".

A frequência com aproveitamento do curso APFEPM confere a habilitação para a aplicação de produtos fitofarmacêuticos exclusivamente com pulverizadores manuais, pelo que esta menção terá de ser anotada no cartão de aplicador que *"só se destina à aplicação com pulverizadores manuais"*.

Alerta-se para as especificidades de cada curso descritas na página "Esquema de Avaliação" da ficha do respetivo programa.

5. Recursos técnico-pedagógicos

Os recursos técnico-pedagógicos a disponibilizar na ação de formação são os indicados no Programa dos Cursos.

6. Despacho de decisão

Aprovo.			
Data	17/10/2016	Ana Paula de Almeida Cruz de Carvalho - Subdiretora-Geral	